

***Mente amore pro patria docere: na Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba\****

LUCIANO CANDEIA\*\*

**1. Introdução**

Segundo Julia (2001: 22), a escola “não é somente um lugar de aprendizagem de saberes, mas é, ao mesmo tempo, um lugar de inculcação de comportamentos...”. Na Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba (doravante, EAAPB)<sup>1</sup> discutimos este processo, pois era (a escola) lugar onde, *ao mesmo tempo*, de forma consorciada, oferecia-se certa preparação profissional aos jovens socialmente excluídos, enquanto se educavam corpos e mentes, segundo a lógica da racionalidade do trabalho e de construção da nacionalidade brasileira. De modo que, neste artigo, daremos ênfase à escola como um lugar de inculcação de comportamentos, discutiremos como corpos e mentes são disciplinados através do inculcamento de ideias, no diálogo com “um contexto social marcado pela necessidade de constituição da sociedade do trabalho e da disciplinarização dos desfavorecidos da sorte” (QUELUZ, 2000: 211).

**2. Formação Cívica na República**

Proclamada a República em 1889, de imediato, tratou-se da construção da imagem do novo regime. Afinal, era preciso legitimá-lo, forjar uma justificação do poder constituído, uma vez que este teve a sua origem em um movimento sem participação popular. Então, era preciso “formar as almas” na perspectiva de construção dos valores republicanos

---

\* Este texto é uma síntese das ideias principais de um dos capítulos do trabalho de tese (sobre a trajetória da Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba) que estamos concluindo no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba. A orientação é da Professora Dra. Cláudia Engler Cury.

\*\* Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB); Mestre em História pela UFPE e Doutorando em Educação pela UFPB.

<sup>1</sup> O título deste artigo é inspirado na Medalha Coriolano de Medeiros, criada pela Portaria nº 226, de 19.09.1977. No Artigo 4º da Portaria podemos ler: “A Medalha “Coriolano de Medeiros” será cunhada em metal dourado, com 6cmts de diâmetro e os seguintes dizeres: no anverso circundado a efígie do insigne educador paraibano, a inscrição “MENTE AMORE PRO PATRIA DOCERE” (1875 – 1975); no reverso, o logotipo da ETF-Pb e a expressão: MEDALHA CORIOLANO DE MEDEIROS” – HOMENAGEM DA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DA PARAÍBA.” Embora tenha sido criada quando a Instituição tinha outro nome e outra estrutura de ensino, ao homenagear Coriolano de Medeiros, a medalha faz alusão direta ao ex-escriturário e ao ex-diretor da Escola de Aprendizes, mas também, a própria escola. A tradução da expressão do latim é “com inteligência e amor ensinar pela pátria. Cf. o texto completo da Portaria em TARGINO, 2009: 255.

(CARVALHO, 1990). Assim, já em 1890, portanto no governo provisório, foram declarados através de decreto, “os dias de festa nacional”, pois o novo regime enfatizava o texto do decreto, “basêa-se no profundo sentimento da fraternidade universal; que esse sentimento não se póde desenvolver convenientemente sem um systema de festas publicas destinadas a commemorar a continuidade e a solidariedade de todas as gerações humanas”.<sup>2</sup>

O tema da formação cívica apresenta-se, desde o início da República como importante no conjunto das ações voltadas para a consolidação do regime. Nas escolas de aprendizes, está presente desde quando suas atividades foram iniciadas, em 1910 através das *instruções* de 15 de janeiro que estabeleciam um currículo mínimo a ser seguido nas escolas, de modo que deveriam fazer parte das aulas “noções de educação cívica que deveriam enfatizar a constituição republicana, os grandes homens do Brasil e preleções sobre os acontecimentos comemorados nas festas cívicas” (QUELUZ, 2000: 30). As escolas de aprendizes (escolas primárias até 1942)<sup>3</sup> apresentam-se como *locus* privilegiado, por onde o Estado republicano faria chegar (inculcaria) aos alunos, crianças pobres e socialmente excluídas, os princípios republicanos e desenvolveria um sentimento de patriotismo entre estes.

A preocupação do Estado com o tema estava presente também em 1925, quando o então presidente Artur Bernardes promulgou a chamada Reforma Rocha Vaz (Decreto nº 16.782, de 13 de Janeiro), que “incluía a instrução moral e cívica no programa de admissão ao primeiro ano do curso secundário, o que implicava a sua presença no currículo do curso primário” (HORTA, 1994: 137). Para as escolas de aprendizes, mais uma orientação específica em 1926 reforçaria esta política. A Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices, afirmava a educação cívica como uma das preocupações. No artigo 12º estava escrito que era atribuição do Diretor, “promover diversões e exercícios

---

<sup>2</sup> Texto do Decreto nº 155-B, de 14 de janeiro de 1890, Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=64198&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>> Acesso em 04 nov. 2011.

<sup>3</sup> Com a Lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942, as Escolas Industriais (herdeiras das Escolas de Aprendizes) foram “promovidas” ao nível pós-primário: “A “lei” orgânica do ensino industrial trouxe como principal inovação o deslocamento de todo o ensino profissional para o grau médio. O ensino primário passou a ter, então, conteúdo exclusivamente geral” (CUNHA, 2000: 100).

físicos e procurar desenvolver nos alunos os sentimentos cívicos” (FONSECA, 1961: 230).<sup>4</sup> Deste modo, o tema aparece ao lado de outros como Deus, família e valorização do trabalho (da ética do trabalho), nas práticas escolares da EAAPB.

É importante frisar que a ideia da educação cívica aproxima as escolas de aprendizes do modelo de uma “escola produzida como a instituição capaz não apenas de instruir e educar a infância e a juventude, mas de produzir um país ordeiro, progressista e civilizado”, tal como pensa Faria Filho (apud, INACIO FILHO, GATTI JUNIOR, 2005: 83). Nesse sentido, pode-se afirmar que a EAAPB (como, de resto, as demais Escolas de Aprendizes criadas em 1909), nasce portadora de determinadas normas, movida pela preocupação de regular e disciplinar os alunos, inculcando-lhes conceitos e valores determinados pelo ideal de educação e de sociedade em constituição no início do século XX. Com efeito, era a República o projeto político que, em um primeiro momento buscava aceitação, e que era portador de um modelo civilizatório que deveria ser consolidado no momento seguinte.

Em um tempo, início do século XX, tão profundamente marcado pelos discursos (e valores) advindos de uma sociedade do trabalho que se anunciava, a mentalidade republicana buscava sua afirmação, cuja ideia norteadora era a de “reordenar a população, introduzindo novos hábitos condizentes a uma sociedade civilizada” (VEIGA, 2007: 260). Tais discursos de médicos e higienistas, aliados ao civismo trazido pela república, ganham força, não raras vezes com forte conotação moralista. Deste modo, comportamentos considerados inadequados e pouco racionais, são apresentados como valores que deveriam ser reavaliados e modificados em função do projeto civilizatório em curso, ao passo em que outros comportamentos deveriam ser construídos e afirmados.

## 2.1. Formação cívica (e outras ideias) nas palestras

De modo que, tais temas, aparecem de modo mais nítido, em pelo menos dois momentos solenes organizados pela instituição. Falamos das palestras que foram realizadas

---

<sup>4</sup> Sobre o assunto, Silvia Pandini que estudou a Escola de Aprendizes Artífices do Paraná, faz o registro de uma recomendação do Ministro: “Já no ano de 1926 o Ministro recomendava: “façam os professores desta Escola aos respectivos alunos, todos os sábados, sistematicamente, preleções sobre a educação moral, cívica e social”. (Ofício-circular nº 3, da Seção da Diretoria Geral de Indústria e Comércio, 16 de Dezembro de 1926)” (PANDINI, 2006: 115). Não tivemos acesso ao Ofício citado, mas, em se tratando de uma orientação ministerial, acreditamos que deva ter chegado também à EAAPB.

pelos docentes no ano de 1924 (“PALESTRAS Realizadas e Offerecidas aos alumnos da Escola de Aprendizes Artifices da Parahyba do Norte”) e da comemoração da semana da pátria em 1936 (SEMANA DA PATRIA – Escola de Aprendizes Artifices no Estado da Paraíba. Palestras realizadas pelos docentes de 1 a 7 de Setembro de 1936).

Orientadas, sobretudo para o corpo discente (Offerecidas aos alumnos), as “PALESTRAS Realizadas” em 1924 (publicada no ano seguinte, com recursos dos próprios palestrantes) foram promovidas “no intuito de estimular-vos [os alunos] o amor da Pátria, ou, dizendo melhor, para cuidar de vossa educação civica”, explicou Coriolano de Medeiros (na época Diretor interino), tal como pode ser lido na “nota explicativa” que antecede o primeiro texto:

O CORPO docente e o administrativo da Escola de Aprendizes Artifices da Parahyba combinaram, em 1924, uma série de palestras, explicando aos alumnos as datas nacionaes. Depois de realizadas, resolveram ainda enfechal-as, a sua custa, numa brochura destinada à leitura dos que frequentam os cursos do referido estabelecimento. Ahi está a razão deste opúsculo (PALESTRAS, 1925: 3).<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Esta obra é composta por 11 textos. Na sua composição, *festas nacionais*, datas já indicadas pelo governo provisório da república em 1890, acrescidas de datas locais, diretamente relacionadas com a história da Paraíba. Foram realizadas palestras sobre o *24 de Fevereiro* – Promulgação da Constituição Brasileira (tema abordado por J. R. Coriolano de Medeiros – Diretor-interino), *21 de Abril* – o Tiradentes (por Áurea Pires – Professora do curso primário), *3 de Maio* – descobrimento do Brasil (por Guiomar Carneiro – Adjunta do curso primário), *13 de Maio* – abolição da escravidão (por Ninalia Freire – Adjunta do curso primário), *2 de Julho de 1925* – Centenário da Confederação do Equador (por J. R. Coriolano de Medeiros – Diretor-interino), *14 de Julho* – comemoração da Republica, da Liberdade e da Independência dos Povos Americanos (por João Olyntho do Rego – Adjunto do curso primário), *5 de Agosto* – fundação da Paraíba (por G. [Genésio] de Andrade – Professor de desenho), *12 de Outubro* – descobrimento da América (por Maria Eulina S. Leal – Adjunta do curso de desenho), *2 de Novembro* – comemoração geral dos mortos (por Olivia dos Santos Valle – Adjunta do curso de desenho), *15 de Novembro* – Proclamação da República Brasileira (por Analice Caldas de Barros – Adjunta do curso primário) e 19 de Novembro – dia da bandeira (por Anilia de Luna Freire – Adjunta do curso de desenho).

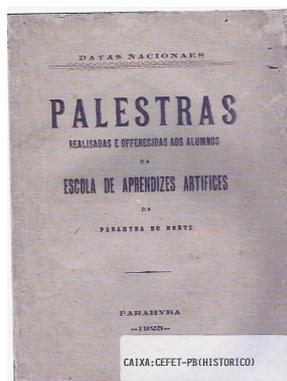


Figura 1. Publicação das Palestras realizadas em 1925. Acervo: NDPEP-IFPB<sup>6</sup> - Fotografia do autor.

A segunda obra, por sua vez, data de 1936. Reuni textos das palestras realizadas em “sessões comemorativas” alusivas à *semana da patria* de 1 a 7 de setembro daquele ano.<sup>7</sup> Os temas claro, são as personalidades e os símbolos da independência.



Figura 2. Publicação das Palestras realizadas em 1936. Acervo: NDPEP - Fotografia do autor.

<sup>6</sup> Núcleo de Documentação e Pesquisa da Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – NDPEP-IFPB.

<sup>7</sup> Nesta publicação foram discutidos os seguintes temas: *José Bonifácio e a Independência* (por Ninalia de Luna Freire), *A Têla da Independência* (por Olivia dos Santos Vale), *Gonçalves Ledo e a Independência* (por Augusta Falcão), *Simbolos Inspirados pela Independência* (por Castorina de Menezes Barros), *A Imperatriz Maria Leopoldina* (por Anilia Miranda Sá), *Evaristo da Veiga* (por Ana R. Mindêlo), *José Clemente Pereira* (por Osmarina Carvalho), *D. Pedro I* (por Analice Caldas), *Causas da Independência* (por Neide da Silva Nobre), *O Grito do Ipiranga* (Tercia Bonavides) e *O Dia da Patria* (por Abelardo G. dos Santos).

De modo geral, os expositores se preocupam com direitos e deveres, família, religião, personalidades da história do Brasil e da Paraíba, os símbolos criados pela independência e pela república, e, claro, o trabalho. Toda a discussão é feita, aliada ao mote do civismo e do amor à pátria. Já no início do primeiro ciclo de preleções, J. R. Coriolano de Medeiros, “Director-interino”, ao “falar” sobre a Constituição Republicana, apresenta-a como um livro sagrado, cujo texto (dizeres) deveria ser profundamente respeitado. Respeitá-la, “é ser bom cidadão, é ser homem digno” (PALESTRAS, 1925: 7). O mandatário da nação então era o chefe da família, expressão que o aproxima da ideia de “pai” e, portanto, da família.

Pois o presidente da República é o chefe da família brasileira e como tal lhe devemos o maior respeito, enquanto elle tem a obrigação de dirigir todos os negocios publicos do Brasil, isto é, a instrução, a arrecadação de impostos, a organização militar, o progresso das industrias, a segurança publica, enfim, a maneira de beneficiar igualmente todos os habitantes deste nosso querido e grandioso Brasil (PALESTRAS, 1925: 6).

Falando para os alunos da EAAPB, Coriolano de Medeiros enfatiza direitos e deveres, a importância dos estudos e do cumprimento das obrigações do cidadão para com a pátria. A escola era direito constitucional, aprender e ter uma profissão deveres do cidadão, pagar impostos e defender a pátria certamente eram deveres cívicos, tal como na passagem seguinte:

A Constituição não indica um dever sem um direito. Por exemplo: vós tendes o direito de frequentar esta escola mas tendes o dever de aprender. Se temos o direito de ser livres, de escolher uma profissão, temos o dever de não offender ninguém, de pagar impostos, de defender a patria (PALESTRAS, 1925: 7).

As mesmas ideias, do cumprimento das obrigações, do estudo e do trabalho como comportamentos capazes de formar cidadãos que enobrecem a Pátria, estão presentes na preleção que fez a professora Castorina de Menezes Barros em 1936. Falando sobre o tema *Simbolos Inspirados pela Independencia* estimulava os alunos a pacificamente, aperfeiçoassem-se em suas profissões, pois agindo assim estariam trabalhando pela

independência nacional, a exemplo de personalidades como D. Pedro e José Bonifácio.<sup>8</sup> E mais, afirmava a professora Castorina:

Não é somente combatendo homens que se enobrece a Pátria. A luta sangrenta é o recurso extremo. Vós mesmos, senhores Aprendizes, estudando, aprendendo, trabalhando, cumprindo os vossos deveres concorrereis mais para o progresso do que se fordes obrigados a batalhar para a sua glória (SEMANA DA PATRIA, 1936: 13).

Aliado a estes valores e comportamentos, alguns inclusive moralistas, estava o culto aos heróis da nação e à lembrança dos fatos passados, como o cumprimento de um dever cívico.<sup>9</sup> Neste exercício, o passado é “acessado” tendo as datas e os vultos da história como referências. Nas palavras da professora Ninalia de Luna Freire em exposição sobre José Bonifácio e a Independência:

MENINOS: Quando começamos a estudar a história do Brasil, vemos desde logo, quanto é grande o numero de brasileiros, que pelo civismo, pela inteligencia, pelo trabalho e pelo estudo muito tem contribuido para a grandeza da Pátria (SEMANA DA PATRIA, 1936: 4).

Uma das exposições mais significativas foi realizada pela professora Adjunta do curso primário, Guiomar Carneiro. Tendo como tema o 3 de maio, até então data do descobrimento do Brasil, e aproximando-se muito de um comportamento do tipo ufanista, pois faz alusão ao país, às suas riquezas e belezas naturais, bem como ao sentimento de pátria e aos seus heróis de modo desmedido. Depois de falar aos alunos da terra querida “que nos serviu de berço, cujo territorio, de tão colossaes proporções, tão rico e poderoso, causa o nosso orgulho!” (PALESTRAS, 1925: 19), resume seus sentimentos em passagem que vai de Cabral a Epitácio Pessoa, o paraibano e Presidente da República:

---

<sup>8</sup> “Assim, pacificamente, instruindo-vos aperfeiçoando-vos nas artes que escolhesteis, sereis outros tantos Pedro Primeiro, José Bonifacio, Clemente Pereira, trabalhando pela Independencia Nacional” (SEMANA DA PATRIA, 1936: 13).

<sup>9</sup> Esta é a compreensão de J. R. Coriolano de Medeiros – Director-interino: “E hoje, a população brasileira, inclusive nós da Escola de Aprendizes Artifices da Parahyba, lembramos respeitosos e admirados esses factos que se succederam a um seculo, e é isto que se chama cumprir um dever cívico!” (p. 39-40).

Era este povo valente, que habitava a nossa querida Patria na epoca do seu descobrimento, o qual juntamente com os europeus, seguindo-lhes os costumes de povos civilizados deu origem a sua população actual. E, passados apenas quatro seculos da grande façanha de Cabral, vemos com grande jubilo que, de immensa floresta inculta, passou o nosso territorio a ser um deslumbrante paiz, onde se erguem ricos monumentos e avenidas, sumptuosos palácios, tornando ao mesmo tempo berço, não de indivíduos semelhantes às feras como os que o habitavam naquelle tempo, porem, de verdadeiros heróes na defeza da liberdade da Patria como Vidal de Negreiros, Mathias de Albuquerque, Tiradentes, José Peregrino, e tantos outros; de homens illustres tanto nas artes como nas letras salientando-se entre outros os vultos de Pedro Americo, notável pintor; Carlos Gomes, eximio musicista; Gonçalves Dias, o maior dos nossos poetas; José Bonifacio, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, José de Alencar e Machado de Assis. Além destes, contribuíram como factores valiosíssimos para o enriquecimento da nossa litteratura e intelligencia nacional, especialmente sob o aspecto da eloquencia e da linguistica o Grande Ruy Barbosa, Euclides da Cunha e finalmente o astro fulgurante que illumina o mundo com o esplendor de sua intelligencia fecunda, o filho querido e glorioso da Parahyba o Excellentissimo Snr. Dr. Epitácio da Silva Pessoa (PALESTRAS, 1925: 27).

É estabelecida assim uma relação direta da República com a independência e com os seus heróis. A República tinha travado luta em prol da construção de símbolos que promovessem um *lugar* de identificação coletiva. Registre-se aqui o grande esforço para transformar os personagens do “15 de novembro” em heróis. Deodoro, Benjamin Constant, Floriano Peixoto, foram candidatos ao posto. O problema, no entanto era a própria natureza do acontecimento. “A pequena densidade histórica do 15 de novembro (uma passeata militar) não fornecia terreno adequado para a germinação de mitos” (CARVALHO, 1990: 57). Então, diante das dificuldades, Tiradentes foi alçado à condição de herói nacional, pois, sua imagem “unia o país através do espaço, do tempo, das classes” (CARVALHO, 1990: 71). É o fenômeno de criação de simbologias e alegorias produzidas a fim de criar uma identidade para o novo regime. De modo que, na EAAPB é Tiradentes uma das personalidades mais lembradas, como por exemplo na exposição que a professora do curso primário Áurea Pires fez em 1925. Tendo como tema o 21 de abril, afirmou que o motivo daquela reunião era para que ali acontecesse uma “lição de Historia Patria”, e que de modo mais demorado que o costumeiro (certamente referindo-se às aulas nos horários normais), “levamos ainda uma vez, o nosso tributo de gratidão ao heróe [Tiradentes] que nos legou o benefício de que hoje

gosamos – a nossa independencia" (PALESTRAS, 1925: 9). Esta era também a perspectiva da professora adjunta do curso de desenho Olivia dos Santos Valle. Explorando o tema da *commemoração geral dos mortos* (02 de novembro) exalta nomes como o de Tiradentes e de José Bonifácio:

Lembrai-vos de Joaquim José da Silva Xavier, o ‘Tiradentes’, aquelle heroe fallecido no patíbulo a 21 de Abril de 1792 e de quem tão bem nos fallou nossa digna professora e nossa distincta collega D. Aurea Pires; de José Bonifácio de Andrade e Silva que pelos seus grandes serviços à independencia do nosso paiz, mereceu o titulo de ‘Patriarcha da Independencia’ (PALESTRAS, 1925: 98).

Cabe destacar que o Tiradentes aqui lembrado e referendado como herói nacional, já tinha sido despido de qualquer tipo de radicalismo, transformado que foi pela República em “herói cívico-religioso, como mártir, integrador, portador da imagem do povo inteiro” (CARVALHO, 1990: 70). Ademais, o entusiasmo com que os heróis nacionais eram lembrados, a citação constante das personalidades paraibanas, e a força com que as datas eram comemoradas nas exposições dos professores (realizadas para alunos, enfatizemos) e contando com a presença dos colegas de trabalho (docentes, mestres de oficinas, auxiliares e o corpo administrativo da escola), fazem parte do projeto de consolidação da instituição republicana no Brasil, afinal, tais ações eram fruto das orientações advindas do governo constituído. Neste contexto, a escola parecia viver momentos diferenciados. O ato solene de reunir toda a comunidade, e as datas e personalidades referenciadas, parecem transformar tais momentos em festas nacionais, do tipo que são organizadas “para estabelecer correspondências de um tempo remoto com o tempo presente” (OZOUF, 1996: 219). Daí as referências aos heróis, às datas e aos seus significados. Implícita claro, uma seleção do que vai ser comemorado e do que não deve ser lembrado, que no limite, não ocorre ao acaso, responde aos interesses de um grupo social hegemônico.

A ideia da festa comemorativa ganha fôlego na perspectiva apresentada pelo professor Adjunto do curso primário, João Olyntho do Rego que faz uma preleção sobre o 14 de Julho (Commemoração da Republica, da Liberdade e da Independência dos Povos

Americanos).<sup>10</sup> Em sua fala, lembra serem as festas referendadas através de decreto do governo republicano tratando-se, portanto, de uma festa para consagrar a república, a liberdade e a independência.<sup>11</sup> Assim, no ambiente escolar e através dos professores, a ideia de república é inculcada como o regime da liberdade, (“uma nação que não tem liberdade, não é tal, é senzala”, afinal é “na liberdade que o povo pensa, age e progride”), e exaltada, por ser capaz de igualar a todos, homens e mulheres, pela liberdade de crença, bem como pela difusão.<sup>12</sup> Em contrapartida, a monarquia e a figura do rei recebiam duras críticas como na passagem abaixo, parte da preleção do professor João Olyntho do Rego:

O rei manda cortar língua, decepar cabeça, inutilizar por toda uma vida e té (sic) nos descendentes de sua victima, por gerações, fazer trabalhar sem paga e perpetuamente, arrancar olhos, amputar orelha, armar fogueira, queimar com ferro em braza e pendurar pelos postes e calcinar de pouco a pouco, procurar pelas casas as mulheres mais sympathicas para suas escravas e logo repudial-as, os meninos para os sacrificios, os velhos para banco de montar o seu ginete.” [...] Isto tudo e tudo isto faz o rei porque é rei. Sua divisa sagrada é: “Sic volo, sic jubeo” que é: assim quero, assim ordeno. Se actualmente assim não fazem é porque vivem circumdados e sitiados pelo volcão da república que dita a igualdade para todos, até a do potentado. A república é de todos e para todos (PALESTRAS, 1925: 42).

O exercício que se faz na perspectiva de afirmação da República, é acompanhado pelo esforço de fixar na mente dos *meninos*, datas de grandes acontecimentos e nomes de

---

<sup>10</sup> Para o João Olyntho do Rego, e como o próprio tema de sua preleção sugere, o 14 de Julho é data que deve ser compreendida para além da alusão a Queda da Bastilha: “É ella uma consagração à república continental do Novo mundo, onde peregrinamos, culturando (sic) os nossos direitos conquistados por todos os nossos antepassados, já nas margens tagitanas ou nas agonias das culcuranas” (p. 41). A data não era exclusivamente francesa: “Ella serviu de texto, de pretexto, de lema para, como symbolo, um padrão, ser gravada em nossa memoria na realização destas tres consagrações: Republica sem perpetuo mandão; Liberdade em todas suas formas: política, civil, etc., Independencia, que não transigem em qualquer emergencia que pela proa nos vem, já e já, com formas tão justificadas que seduzirão os mais avisados” (PALESTRAS, 1925: 50).

<sup>11</sup> O professor lembra em sua exposição o decreto de 14 de Janeiro de 1890, para afirmar que a “festa de hoje é, portanto legal e traz à nossa consideração a *Republica*, a *Liberdade* e a *Independencia* dos povos americanos”. Afirma também: “É uma festa altruística ou de fraternidade, de irmãos. Não é consagrada a nossa república com exclusão das outras, a nossa liberdade e independência e sim forma o laço, o hyphen, o vinculo, o amplexo que une todos os povos americanos, do esquimez ao patagonez” (PALESTRAS, 1925: 41).

<sup>12</sup> “A república iguala os homens e neste conceito vão as creanças e mulheres e defende esta igualdade appellando para a capacidade e idoneidade e para isto Ella diffunde o ensino por toda parte em actual condicção” (PALESTRAS, 1925: 43). A República é saudada como o regime da liberdade: “Uma nação que não tem liberdade, não é tal, é senzala, é cabilda, é califado, é maloca, é capoaba, é taba selvagem. É na liberdade que o povo pensa, age e progride, fazendo-se, *eu sou o que sou*, por Ella escolheis a vossa profissão, nella trabalhae com ardor e esperança no futuro. Por Ella é vossa família constituída” (PALESTRAS, 1925: 45).

heróis. Com isto, consolidava “uma perspectiva de passado” que se queria lembrar e referendar diante das gerações presentes e que deveriam ser evocadas no futuro. Nesta perspectiva, a Paraíba (ou Parahyba do Norte), também tem a sua história, seus acontecimentos e seus heróis. Em pelo menos duas preleções ocorridas em 1925 o tema é abordado com maior firmeza. A professora Olivia dos Santos Valle é uma entusiasta desta ideia. Para ela a unidade da Pátria deve-se ao paraibano André Vidal de Negreiros, “a quem devemos na maior parte a unidade patria, porque ninguém mais do que elle fez para a expulsão do invasor batavo e a fundação de facto da nacionalidade brasileira” (p. 98). E completa:

José Peregrino de Carvalho, Amaro Gomes Coutinho, heroes de 1817; Aristides Lôbo, Maciel Pinheiro, Alvaro Machado, Benjamin Constant, Deodoro da Fonseca e tantos outros que inesqueciveis serviços prestaram a nossa querida patria, ao nosso amado Brasil, não esquecendo nossos heroes aborígenes ou não: Assento de Passaro e Braço de Peixe, a quem devemos em parte a conquista e fundação de nossa Parahyba (PALESTRAS, 1925: 99).

A segunda preleção, marcada por esta preocupação de afirmar um tempo de glórias onde a Paraíba ganha destaque, foi realizada pelo professor de desenho Genésio de Andrade. Em sua intervenção, esforça-se, tal como a professora Olivia dos Santos Valle, por evocar um passado marcado por certa homogeneidade e por uma ideia de *paraibanidade*. Ao afirmarem os heróis, ao comemorarem na perspectiva da afirmação de um imaginário republicano, parecem aludir um tipo de homem paraibano, *naturalmente* inclinado para a paz, para a bravura de resistir e claro, para o republicanismo.<sup>13</sup> Falando sobre o 5 de agosto, paz selada “depois de luctas tremendas e cruentas, de milheiros de vidas sacrificadas, de dispêndio considerável de cruzados do erario publico e de bolsas particulares!!!” (PALESTRAS, 1925: 76), o professor “desenha” uma terra berço de heróis e de gênios, ainda que se esquite em citar nomes.

---

<sup>13</sup> Em estudo sobre o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da História Local, Dias faz alusão a ideia de paraibanidade nos seguintes termos: “A ideia de paraibanidade faz crer num tipo de homem específico nos sentimentos e nos modos de agir, modelado pelo espaço. A inclinação para a paz, a bravura para a resistência, o republicanismo” (DIAS, 1996: 63).

...pois é da Parahiba, Snrs. Aprendizizes, que nos vamos ocupar. Da nossa deliciosa Parahiba, berço que foi dos nossos avoengos e onde tivemos os nossos berços também; desta aprasivel terrasinha, tão querida que deveria ser de todos nós, sobre todas as outras terras; desta tão malfadada Parahiba – que tem sido, nunca se esquivando, porém, de fecundar e atirar aos braços da patria grande, da patria mãe, extraordinarios genios – quer nas armas, nas letras e na mechanica, quer nas sciencias e nas artes; desta nossa inditosa terra, sim; mais gentil e faceira, no dizer de poetas, onde tambem há lindas e frondosas palmeiras onde cantam sabiás, verde-negras floréostas onde gemem jurutys, e campos rendilhados de flores, onde trinar se ouve à canarios e de mimosas patativas o sonoro gorgear! (PALESTRAS, 1925: 54).

Na busca de um passado de glórias a Paraíba, como já afirmamos, ganha destaque nas preleções, tanto em 1925 quanto depois em 1936. Pedro Américo é escolhido como destaque em 1936, sendo o título de uma das preleções “A Têla da Independência” numa clara alusão ao quadro “Independência ou Morte”. Apesar do título, a professora Olívia dos Santos Vale não faz uma exposição sobre o pintor, sua técnica ou coisa parecida. Seu objetivo é exaltar a personalidade de Pedro Américo, os responsáveis pela independência e a Paraíba:

Caros alunos: Muito se tem escrito sobre o Grito do Ipiranga e como o Principe D. Pedro proclamou a Independencia a 7 de Setembro de 1822; mas a verdade dos factos é esta: o Brasil, berço de homens fortes e valentes, em cujas veias corre o sangue do caboclo intrepido e do guerreiro não podia, jamais sujeitar-se ao domínio da corôa Portuguêsa. A nossa Independencia foi um fruto de varias lutas, do sacrificio de inúmeros bravos” (...). Vencemos e venceremos sempre, porque contamos com a bravura dos nossos homens e a proteção de Deus estendida sobre a nossa grande e maravilhosa Patria! Honremos a memoria dos antepassados que nos legaram uma Patria livre! Viva o Brasil! Viva a invicta Paraíba! (SEMANA DA PATRIA, 1936: 8).

Em se tratando de uma escola de aprendizes, cuja missão era preparar jovens para o trabalho, era natural que este tema aparecesse nas preleções, tendo os seus aspectos positivos realçados. Era preciso não apenas superar qualquer resíduo de preconceito, consequência do

legado negativo deixado pelo trabalho escravo (marca dos primeiros tempos das escolas de aprendizes, onde o trabalho ocupava no imaginário das pessoas uma identificação com atividade servil e compulsória), mas, sobretudo, afirmar o trabalho como algo positivo, capaz de dignificar o homem e engrandecer a Pátria. Assim, o professor João Olyntho do Rego, ao saudar o 14 de julho de 1789, credita a ele, o aparecimento do trabalho livre e pago. Termina sua palestra afirmando:

Portanto feliz o dia 14 de Julho de 1789 em que se destruiu a tyrania e no qual se expandiu por todo mundo a igualdade, a fraternidade, não a do papel, a felicidade, o trabalho livre e pago, o respeito mutuo de grandes e pequenos, de pobres e ricos sem forma ou pretexto de raça, de crença, de politica e a elle, e só a elle (o dia) uma salva de palmas (PALESTRAS, 1925: 51).

Já a professora Adjunta do curso de desenho, Olivia dos Santos Valle foi mais contundente em seu comentário: Falando para os alunos sobre o 2 de Novembro (comemoração geral dos mortos), encontrou espaço para exaltar o trabalho: “Nada melhor neste mundo que o trabalho, o trabalho honesto e justo que nos faz esquecer as amarguras da vida e onde encontraremos sempre um linitivo (sic) para nossos males” (PALESTRAS, 1925: 93).

A exaltação do trabalho nesta perspectiva é a expressão de uma educação que se configurava como cada vez mais a serviço da nação. Na EAAPB, além das comemorações públicas, os valores republicanos e cívicos e nas exposições são momentos também de grande significação. A este propósito, convém lembrar que a obrigatoriedade da realização de exposições, mostras de trabalhos feitos pelos alunos sob a supervisão de professores e mestres, sempre esteve presente como prática nas escolas, já previsto no decreto de sua (Decreto nº. 7.566, de 23 de setembro), foi afirmado nos regulamentos de 1911 e de 1918 e, mais uma vez, a encontramos em 1926, quando da Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices.<sup>14</sup> A obrigatoriedade das exposições, tal

---

<sup>14</sup> Decreto nº. 7.566 (23/09/1909), Artigo 12: “Haverá annualmente uma exposição dos artefactos das officinas da escola, para o julgamento do grão de adeantamento dos alumnos e distribuição dos premios aos mesmos”. O mesmo texto é repetido no Regulamento de 1911 (Decreto nº 9.070, de 25 de Outubro, artigo 21), no Regulamento de 1918 (Decreto nº 13.064, de 12 de Junho, artigo 22) e na Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices de 1926 (artigo 22).

como na imagem abaixo (uma exposição de peças fabricadas pelos alunos do curso de alfaiataria), cumpre com um papel, a propaganda do estado republicano. Era como afirmar ao público a importância do trabalho, do conhecimento técnico, do desenvolvimento econômico e do progresso. Nesse sentido, afirma Queluz:

Se um dos principais objetivos da Escola de Aprendizes Artífices era o de propagandear os valores republicanos, este se fortalecia nas festas cívicas e exposições, reforçando na comunidade a crença na filosofia moral, baseada na ética do trabalho, defendendo o progresso econômico através do desenvolvimento técnico (QUELUZ, 2000: 85).

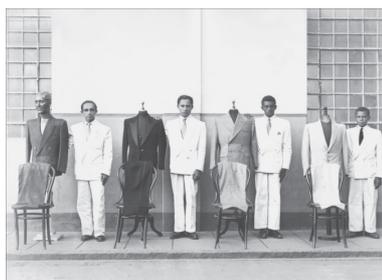


Figura 3. Exposição dos alunos de Alfaiataria. Acervo: NDPEP.  
Autor desconhecido. Data provável: 1937.

### 3. Considerações finais

Mostramos ao longo deste artigo, como na EAAPB, determinadas ideias foram divulgadas e ensinadas. Para além do currículo dito oficial, voltado para a formação de aprendizes artífices, a escola em atividades extracurriculares fazia chegar às mentes e aos corpos dos “meninos”, valores e ideias que também somaram na sua formação. Escola e civilização estabelecem assim um estreito vínculo, na perspectiva de afirmação de novas posturas, bem como de afirmação de uma ideia de progresso econômico e técnico, de uma ética do trabalho e de consolidação dos valores republicanos.

Então, com inteligência e amor ensinava-se pela pátria. Não por acaso, em junho de 1942 (pouco depois do Decreto-Lei nº. 4.073 de 30 janeiro), no contexto das reformas educacionais implementadas pelo governo ditatorial de Getúlio Vargas, podia-se ler no Jornal *O Aprendiz*, elaborado para ser lido pelos alunos: “CRIANÇAS! Aprendendo, no lar e nas

escolas, o culto da Pátria, trareis para a vida prática todas as probabilidade de exito" (sic) – (Jornal O Aprendiz, junho de 1942, p. 13).

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1990.

CUNHA, Luiz Antônio. “O ensino industrial-manufatureiro no Brasil”. **Revista Brasileira de Educação**, nº.14, mai-ago, 2000, p. 89 – 107.

DIAS, Margarida Maria Santos. **Intrepida Ab Origine: O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da História Local – 1905/1930**. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora Ltda, 1996.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional, v. 1., 1961.

HORTA, José Silvério Baia. **O Hino, O sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

INACIO FILHO, Geraldo; GATTI JUNIOR, Décio (Orgs.). **História da educação em perspectiva: ensino, produção e novas investigações**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: Edefu, 2005. (Coleção memória da educação).

JULIA, Dominique. “A Cultura Escolar como Objeto Histórico”. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, n. 1, jan./jun., p. 09-43, 2001.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 3ª. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “As Festas que a República Manda Guardar”. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, no. 4, 1989, p. 181.

OZOUF, Mona. “A festa: sob a Revolução Francesa”. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão...[et alii.]. 4 ed., Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996 (Coleção repertórios), pp. 216-232.

PANDINI, Silvia. **A Escola de Aprendizes Artífices do Paraná: “Viveiro de Homens Aptos e Úteis” (1910-1928)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Paraná. Curitiba, 2006. Disponível em: <[http://www.ppge.ufpr.br/teses/M06\\_pandini.pdf](http://www.ppge.ufpr.br/teses/M06_pandini.pdf)> Acesso em: 25 fev. 2011.

QUELUZ, Gilson Leandro. **Concepções de Ensino Técnico na República Velha (1909 – 1930)**. Curitiba: 2000

TARGINO, Itapuan Bôtto. **100 Anos do Ensino Industrial Brasileiro (1909-2009)**. João Pessoa – PB: Idéia, 2009.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

## Fontes

SEMANA DA PATRIA – Escola de Aprendizes Artífices no Estado da Paraíba. Palestras realizadas pelos docentes de 1 a 7 de Setembro de 1936.

PALESTRAS Realizadas e Oferecidas aos alunos da Escola de Aprendizes Artífices da Parahyba do Norte. – Parahyba, 1925.

Jornal O Aprendiz, junho de 1942.